



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e
Saúde – PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR EM
CRUZEIRO DO SUL - ACRE

Cleidiane Almeida Sena

ORIENTADORA: Sueli de Souza Dias

Brasília/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e
Saúde – PGPDS

CLEIDIANE ALMEIDA SENA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR EM
CRUZEIRO DO SUL - ACRE

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Sueli Souza Dias

Brasília/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEIDIANE ALMEIDA SENA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR EM CRUZEIRO DO SUL - ACRE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profª Drª Sueli de Souza dias

Profª Drª Ana Paula Carlucci

Cleidiane Almeida Sena

Brasília/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, filha, amigos, colegas, professora Sueli e a todos que de alguma forma contribuíram para meu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças para superar as dificuldades, meus familiares que contribuíram com o que tinham de melhor durante o período de especialização e durante minha vida.

Agradeço a todos os professores e tutores que estiveram ao meu lado me orientando no decorrer da formação, em especial a Mercedes e Sueli por me ajudarem de maneira especial na elaboração deste trabalho. Obrigada pelo incentivo, paciência, força e principalmente pelo carinho.

RESUMO

A pessoa com necessidades educacionais especiais (seja por deficiências, transtornos globais no desenvolvimento ou por altas habilidades) tem direitos, garantido por lei de estudar em escola comum, compartilhando experiências e aprendizagens com seus pares com ou sem deficiências. Com base nessa concepção foi organizada a presente pesquisa, Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar em Cruzeiro do Sul – Acre, que busca analisar a educação inclusiva e investigar o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas séries iniciais em uma escola da rede estadual. A metodologia utilizada neste trabalho foi do tipo qualitativa. O principal instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista qualitativa. Participaram do estudo quatro educadores da rede pública que desempenhavam as seguintes funções: dois professores que atuam em Atendimento Educacional Especializado, um coordenador pedagógico local que atua em uma escola e uma coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão (NAPI). Como resultado da pesquisa foi possível constatar que o ensino inclusivo é aplicado com muita atenção e responsabilidade na escola pesquisada, com envolvimento da equipe gestora, AEE e NAPI. O educador se empenha para ser um professor atuante e atender os alunos com diferentes deficiências, que juntos vêm contribuindo com a formação dos alunos e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Palavras-Chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. Aluno com Deficiência. Ensino Aprendizagem.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CZS – Cruzeiro do Sul

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NAPI – Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão

SEE – Secretaria de Estado de Educação

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Educação especial inclusiva no Brasil.....	13
2.2 Aspectos legais da educação inclusiva	22
2.3 A importância do Atendimento educacional especializado na promoção da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais	25
2.4 Educação inclusiva no município de Cruzeiro do Sul	26
4. METODOLOGIA.....	32
4. 1 Fundamentação Teórica da Metodologia	32
4.2 Contexto da Pesquisa	32
4.3 Participantes	33
4.4 Materiais	34
4.5 Instrumentos de Construção de Dados	34
4.6 Procedimentos de Construção de Dados	34
4.7 Procedimentos de Análise de Dados	35
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
Contribuições do atendimento educacional especializado.....	36
5.1. PRIMEIRO BLOCO DE ANÁLISES DE ENTREVISTAS.....	37
5.1.1. Entrevista com as professoras do Atendimento Educacional Especializado.....	37
5.2. SEGUNDO BLOCO DE ANÁLISES DE ENTREVISTAS.....	41
5.2.1 Entrevista com os coordenadores.....	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
APÊNDICES.....	54
A . Roteiro de entrevista aplicada às professoras de AEE	54
B. Roteiro da entrevista com o coordenador de ensino da escola.....	55
C. Roteiro de entrevista aplicada a coordenadora do NAPI.....	56
A .Atendimento Educacional Perspectiva Inclusiva	57
Atendimento Educacional Perspectiva Inclusiva.....	57
B. Termo de Consentimento Livre E Esclarecimento.....	58
C. Aceite Institucional.....	59
D. Carta de Apresentação.....	60

1. APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa “*Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar em Cruzeiro do Sul – Acre*” busca analisar a educação inclusiva e investigar o papel do Atendimento Educacional Especializado nas séries iniciais em uma escola do ensino Fundamental da Rede Estadual.

O tema pesquisado surge de questões levantadas ao longo do *Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar* oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde oferecido pela UAB/UnB. Neste curso tivemos a oportunidade de discutir assuntos importantes sobre desenvolvimento humano e inclusão escolar, o que certamente foi de grande relevância para compreender melhor os alunos.

Tenho graduação em artes, trabalho há três anos na rede pública estadual de educação com o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. Na escola em que leciono estão matriculados vários alunos com necessidades educacionais especiais, totalizando 41 alunos diagnosticados com diferentes tipos de deficiências. Visando um melhor atendimento educacional para esses alunos, propus-me a cursar essa especialização que, acredito auxiliar o meu fazer pedagógico. O interesse por investigar o funcionamento dos anos iniciais deve-se à compreensão de ser esta a porta de entrada, a base para a maioria dos alunos que em pouco tempo deverão chegar aos anos finais. Acredito que pesquisando o funcionamento da escola inclusiva nos primeiros anos terei subsídios válidos para compreender, promover discussões e realizar um trabalho inclusivo, nas séries finais do ensino fundamental, meu espaço de trabalho atualmente. Dessa forma, pretendo contribuir com os colegas que atuam nos anos iniciais, promovendo intercâmbio de conhecimentos. Nesse sentido foi realizado um apanhado teórico e uma pesquisa de campo visando contextualizar a inclusão nos dias de hoje.

Podemos salientar que grandes avanços ocorreram para que pessoas com deficiência estejam participando de um processo por meio do qual tenham vez e voz na sociedade em geral. Mas, apesar das conquistas, muitas coisas ainda precisam ser realizadas para melhorar o atendimento educacional para esse grupo. Diante dessa observação, alguns questionamentos se fazem presentes: Estará o ambiente

escolar preparado para receber alunos com deficiência? Como a escola tem procurado adequar-se à nova realidade da inclusão? Como os professores têm se posicionado quando recebem alunos com deficiência em sala de aula? Qual a importância do atendimento educacional especializado no ambiente escolar?

Os questionamentos mencionados servirão como base para o desenvolvimento da pesquisa realizada na Escola Alegria do Saber (**nome fictício**) com o intuito de averiguar o ensino inclusivo desenvolvido no referido ambiente escolar. Buscar-se-á compreender se os professores possuem a formação adequada, se a escola oferece um atendimento de qualidade, se a estrutura física é adequada, e se as metodologias desenvolvidas atendem às necessidades dos alunos na perspectiva da educação inclusiva.

A pessoa com necessidades educacionais especiais (seja por deficiências, transtornos globais no desenvolvimento ou por altas habilidades) tem direitos, garantido por lei, de estudar, em uma perspectiva inclusiva, em escola comum, compartilhando experiências e aprendizagens com seus pares com ou sem deficiências, conforme especificado na LEI Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996). Ao definir o que seja educação especial, a Lei dá indicativos de que alunos com deficiências ou outras necessidades educacionais especiais devem estudar, preferencialmente em escola comum:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais sendo obrigatoriamente incluído na educação básica, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio (art.58,1996).

Desse modo, observamos que a proposta de educação inclusiva além de ser de fundamental importância para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais, está inserida também em um marco legal. Isso implica dizer que, na contemporaneidade, a educação inclusiva não é mais uma questão opcional, mas sim uma exigência legal a ser cumprida.

Quando falamos de inclusão, estamos nos referindo à implementação de oportunidades para que a pessoa com algum tipo de necessidade especial possa ter garantidos os seus direitos de cidadão, dentre os quais está o atendimento

adequado para seu desenvolvimento, crescimento pessoal, educacional e profissional. Mas, é importante salientar que apesar do avanço subsidiado por diferentes documentos, pareceres e leis¹ que garantam o acesso e permanência de alunos com deficiência na escola comum, ainda existem obstáculos que dificultam o trabalho dos profissionais que atuam em escolas inclusivas. Neste sentido, na busca por contribuir com a discussão acerca do processo de inclusão na cidade de Cruzeiro do Sul-AC e, especialmente, na escola pesquisada, é que foi realizada a presente pesquisa.

Conforme afirma Saviani (1983), “aprender é, então retirar a capa da ignorância; ensinar é revelar a verdade” (p.58). É importante mostrar para o aluno que apesar das dificuldades e limitações todos somos seres capazes de aprender e, acima de tudo, sermos autônomos no nosso próprio aprendizado. Consideramos ser esse o maior desafio de um professor/educador – desenvolver em seus educandos a possibilidade de vislumbrar o mundo de forma mais empodeirada, a partir de uma consciência crítica de sua própria participação nos diversos contextos sociais.

Com isso aproximamo-nos ao pensamento de Paulo Freire, quando ao introduzir suas reflexões sobre a “*Pedagogia da Autonomia*”, enfatiza a necessidade de um senso ético que deve ser uma característica do ser humano. Quando o educador traz para si que essa concepção deve permear o seu fazer pedagógico, fica automaticamente implícita a noção de uma escola que abrange a todos sem distinção, ou seja, uma escola inclusiva no sentido mais amplo do termo. Freire, certamente, está falando de uma escola inclusiva, ainda que não utilize este termo, quanto diz o que compreende como ética no contexto educacional:

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. (FREIRE, 1996, p. 16)

Sendo assim, como educadores, temos o grande desafio de disseminar, de forma significativa, o estudo sobre a educação inclusiva, valorizando cada aluno em

¹ Para outras informações acerca da legislação e documentos que embasam a Política de Educação Inclusiva no Brasil, sugerimos a consulta aos seguintes sites: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao> e <http://inclusaoja.com.br/legislacao/>.

suas singularidades e seu processo de desenvolvimento e, acima de tudo, trabalhando com seriedade para a construção de uma sociedade que verdadeiramente justa, a exemplo do que temos tentado construir em nossas escolas.

O trabalho está dividido em apresentação, fundamentação teórica, objetivos, metodologia, discussão dos resultados e considerações finais, seguida das referências, apêndices e anexos. A fundamentação teórica foi constituída em quatro subcapítulos. No primeiro deles são abordados aspectos da educação inclusiva, com seu histórico e pressupostos; no segundo são enfocados os aspectos legais que regem a aplicação da proposta inclusiva nas escolas; no terceiro é discutida a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no processo educacional dos alunos que dele necessitam e, por fim, um breve relato referente à educação especial e inclusiva no município de Cruzeiro do Sul.

Abordar o tema da inclusão é de grande valia para mim como professora e arte educadora, pois, poderei conhecer melhor a relação que a escola tem com os alunos e o que ela oferece de melhor para o público com necessidades educacionais especiais. Considero essencial que as escolas priorizem, em seus projetos políticos pedagógicos, o envolvimento de alunos, familiares e professores em atividades contextualizadas e com iniciativas, neste sentido, passando a atuar como verdadeiras comunidades de aprendizagem².

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação é um direito garantido pela legislação brasileira a todos os seus cidadãos, no entanto, ainda não consolidado em sua totalidade. As conquistas nesse campo são frutos de grandes embates e dedicação daqueles que, de alguma forma, se sentiram confrontados diante da realidade contemporânea que ainda valoriza a homogeneidade, mesmo com a manifestação da diversidade de forma tão intensa e

² Comunidades de Aprendizagem dizem respeito a projetos educativos que extrapolam os limites da escola, envolvendo toda a comunidade no processo de formação de seus indivíduos. Podemos definir Comunidades de Aprendizagem como uma proposta de transformação social e cultural que envolve alunos, professores, pais e demais cidadãos locais na construção de um projeto educativo e cultural próprio, para educar a si, suas crianças, seus jovens e adultos. Ver: <http://educacaointegral.org.br/glossario/comunidades-de-aprendizagem>

marcante em todos os contextos humanos. Neste capítulo faremos um apanhado geral de como foi o percurso para o acesso à escola por parte das pessoas com deficiência no Brasil; discutiremos sobre o que tem sido feito na atualidade para que sejam garantidas as conquistas; e demonstraremos o funcionamento da escola inclusiva.

2.1 Educação especial inclusiva no Brasil

No Brasil, o atendimento educacional direcionado as pessoas com deficiência, teve início no II Império. Em 12 de setembro de 1854, com decreto n.1.428 foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e em 26 de setembro de 1857, com a lei nº 839 foi implantado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente são conhecidos, respectivamente, como Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos (ARANHA, 2005).

Em 1874 novos centros de atendimentos foram criados para atender e apoiar as pessoas com deficiência, dentre eles, o hospital estadual de Salvador, com atendimento médico direcionado para as pessoas com deficiência mental, hoje nomeado por Hospital Juliano Moreira. Além desses centros surgiram também alguns institutos de apoio à pessoa com deficiência.

No Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1954 foi fundada a APAE. A iniciativa se deu com a chegada de Beatrice Bemis, membra do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma criança com Síndrome de Down que percebeu a necessidade de unir pessoas para defender e ajudar pais de crianças com deficiência. Em março do ano 1955, ocorreu a primeira reunião de pais, médicos, amigos e educadores para tratar da importância de trazer os atendimentos para pessoas com deficiência. Desde então, novos centros de atendimento se expandiram em todo o Brasil. No Acre, a primeira sede da APAE foi instalada na capital Rio Branco no dia 31 de julho de 1981 e no município de Cruzeiro do Sul-AC no dia 16 de abril de 1997, iniciando um trabalho voltado para o atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência.

O século XX foi promissor em discussões e ações voltadas a melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência. A educação brasileira abriu as portas

para os movimentos dos direitos humanos, surgindo a proposta de integração escolar, a partir da qual incentiva-se que as crianças com deficiência pudessem frequentar as escolas comuns, porém, dentro de uma perspectiva de normalização. Segundo Mendes (2006), alguns benefícios para a integração de alunos com deficiência seriam:

Participar de ambientes de aprendizagem mais desafiadores; ter mais oportunidades para observar e aprender com os alunos mais competentes; viver em contexto mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas; e ambientes sociais facilitadores e responsivos. (Mendes, 2006, p.388)

Apesar dessa perspectiva educacional teoricamente avançada, em relação às anteriores, ainda se percebia nas práticas escolares traços segregacionistas. Era proposto um processo de normalização, ou seja, um trabalho para que alunos com deficiência se tornassem o mais próximo do “normal” para que pudessem participar integralmente na escola comum e na sociedade.

Mendes (2006) afirma que houve um erro na compreensão da proposta de integração, pois não se tratava de uma busca por normalização, mas sim um empenho para que todos pudessem ter acesso à escola comum, respeitando-se as diferenças individuais. Também Osório (1999, p. 2) afirma que: “a integração não é só do portador [sic] de deficiência, mas de todas as crianças da escola. Ela tem duas mãos, e não apenas o sentido de adaptação dos alunos com necessidades especiais”. O processo de integração teria por objetivo a socialização dos indivíduos nos diferentes ambientes educacionais, valorizando suas habilidades e potencialidades, além de apoiar a sua inserção social e cultural, visando seu desenvolvimento integral. Entretanto, em termos práticos foi o que ocorreu até meados da década de 90 – a busca de normalização das pessoas com deficiência. Era realizado todo um trabalho com os alunos para que pudessem adquirir características próximas àquelas consideradas “normais”, para, então, serem inseridas na sociedade.

Na segunda metade do século XX sucessivos encontros, assembleias, leis e normas deram impulso ao movimento pela inclusão. A Constituição Federal do Brasil de 1988, ao assumir responsabilidades sobre as questões de assistência social, saúde e atendimento especializado às pessoas com deficiência, reforça a necessidade de rompimento com um modelo exclusivamente assistencialista,

possibilitando a busca de alternativas educacionais àquelas vigentes até então. Dois anos depois a Conferência Mundial Sobre Educação para todos, ocorrida na Tailândia, evidencia a necessidade de esforços das nações para que demandem um olhar especial àqueles alunos constantemente privados do direito de acesso à escola básica por suas condições de “deficiência”. Mas, foi somente a partir de 1994 que o conceito de educação inclusiva passa a ganhar destaque com a Declaração de Salamanca, defendendo a convivência cotidiana harmoniosa e aprendizado mútuo, independentemente de deficiência ou não. Intencionava-se que todas as crianças com necessidades educacionais especiais tivessem a oportunidade de serem incluídas nas escolas regulares, defendendo-se que nenhuma criança fosse separada das outras por apresentar alguma deficiência.

As escolas regulares com orientação inclusiva foram compreendidas na Declaração de Salamanca como os meios mais eficazes de combate a atitudes discriminatórias. Dessa forma, repercutiu-se no Brasil um novo olhar sobre a educação especial, a partir da concepção inclusiva, sendo necessário a adequação a essa nova realidade:

Os mais diferentes grupos e de forma cada vez mais abrangente o princípio da inclusão tem sido a tendência nos diversos contextos da organização social, na proposição de políticas públicas, nos documentos legislativo e jurídicos na mídia em geral e em especial na mídia televisiva, nos esportes, nas definições no âmbito do atendimento à saúde e educação. (COELHO, 2010, p. 9)

No Brasil, diversas mudanças ocorreram a partir de então, surgindo leis, resoluções e portarias, determinando a existência e garantia do respeito as diferenças individuais, sem classificação e comparação. Aos poucos o país foi demonstrando avanços no que se refere ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência oferecidas a partir da escola comum. Por isso, vai ficando cada vez mais clara a ideia de que independentemente das limitações, todos são capazes de frequentar as escolas, trabalhar e acima de tudo desenvolver-se no meio social. Segundo o MEC:

A educação Inclusiva se refere a capacidade das escolas de atender a todos aos alunos, independentemente das condições pessoais, sociais e culturais que possa apresentar, sem qualquer tipo de

exclusão, valorizando as diferenças dos alunos como oportunidade de desenvolvimento para o aluno e professor. (MEC/ SEE, 2001)

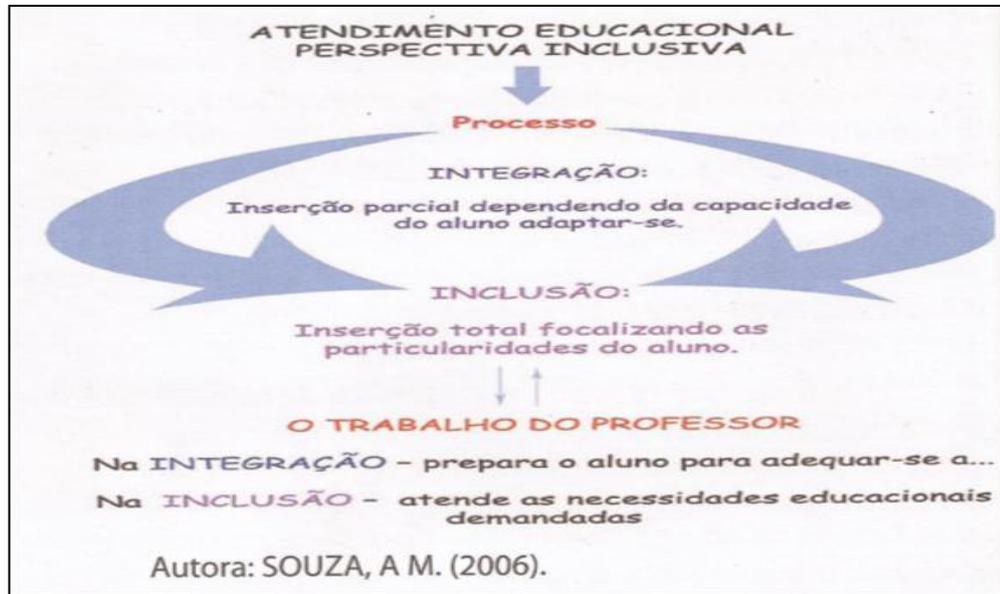
Quando nos referimos a educação inclusiva, estamos falando de uma escola para todos, ou seja, aquela preparada para buscar alternativas viáveis para que o processo de ensino e aprendizagem se dê de forma efetiva. Nessa escola as diferenças não devem ser investidas de caráter pejorativo e tampouco as limitações se sobrepõem às potencialidades de cada uma. O que se busca é uma escola que esteja preocupada em educar e para isso não meça esforços em busca de alternativas educacionais para atender as singularidades dos diversos alunos. Sendo assim, a inclusão educacional implica no progresso educativo por parte das escolas. Nessa mesma linha de pensamento Souza afirma que:

A escola inclusiva é uma escola para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer aluno. Nesse sentido, a inclusão educacional pressupõe a melhoria da resposta educativa da escola, em qualquer das ofertas educacionais. (SOUZA, 2007, p.20)

Em todo esse processo rumo ao acesso universal à escola, convém ressaltar que, independentemente das limitações que, por ventura, existam, todas as pessoas apresentam algum potencial de escolarização, aprendizagem, realização por meio do trabalho e acima de tudo desenvolvimento subjetivo participação no meio social do qual fazem parte. Seguindo a ideia apresentada por Souza (2007), pensar em uma escola inclusiva requer pensamento prospectivo, que vá além de questões não menos importantes, como a da aprendizagem escolar pura e simples. É importante ir além, no sentido de visualizar para a pessoa com deficiência a possibilidade de inserção qualificada no mundo do trabalho; o prosseguimento nos estudos em busca de níveis mais altos de escolarização; condições de inserção plena em qualquer meio social. Estamos falando aqui de uma educação crítica que relacione conteúdos com as vivências do cotidiano.

No esquema abaixo temos uma ideia ampla a respeito das diferentes perspectivas educacionais da integração e da inclusão:

FIGURA 01: ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO



Fonte: SOUZA, A. M. Módulo III: Educação inclusiva (Brasília 2007, p. 20)

Em uma perspectiva inclusiva devemos esperar transformações no ambiente escolar de forma que todos sejam partícipes – alunos, professores e demais profissionais. As necessidades específicas dos alunos com deficiência devem ser avaliadas para que os devidos apoios se façam presentes. *Já não se deve esperar que o aluno seja normalizado*, como previa a perspectiva de integração, pois a condição de deficiência não é de sua responsabilidade e, na maioria das vezes, não mudará. As condições propostas para possibilitar desenvolvimento e aprendizagem desse aluno, estas, sim, serão modificadas.

No ambiente escolar nos deparamos com essas diferenças. Alunos que aprendem com facilidade e outros requerem mais atenção, pois possuem algum tipo de deficiência que compromete seu aprendizado – ou apenas aprendem de uma forma particular. A escola é o espaço onde se apresentam, de forma conjunta, individualidades e expectativas sociais. Assim, cabe um olhar essencialmente sensível às práticas pedagógicas que devem valorizar a relação recíproca entre ensinar e aprender, como processo que deve ser inerente à prática inclusiva.

Essa nova perspectiva educacional tem implicado diretamente no crescimento da participação de pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade. Sem dúvidas isso tem acontecido, também na escola, nos diferentes

níveis e modalidades de ensino, graças às políticas voltadas à educação inclusiva, como apresentaremos na seção seguinte. Entretanto, apesar da grande discussão em torno dessa temática, sua abordagem não é algo tão simples, pois envolve diferentes concepções e fazeres que ora se complementam e ora se contrapõem. Mas afinal o que é educação inclusiva? Vamos tentar aprofundar o que já vínhamos falando ao longo do texto.

De acordo com Mantoan (2002) “a inclusão é um conceito que emerge da complexidade, dado que a interação entre as diferenças humanas, o contato e o compartilhamento dessas singularidades compõe a sua ideia motriz” (p.86). A educação inclusiva é um processo que visa a transformação de modelos segregadores. Estes, comumente trazem como pressuposto a concepção de que desenvolvimento e aprendizagem estão atrelados a etapas invariáveis. Esse tipo de pensamento, em última análise, termina por provocar a exclusão daqueles que destoam temporalmente ou na forma de execução da atividade (GIL, 2006). A proposição de Sanches e Teodoro (2006), corrobora essa discussão:

Pode dizer-se que inclusão é a palavra que hoje pretende definir igualdade, fraternidade, direitos humanos ou democracia (Wilson, 2000), conceitos que amamos, mas que não sabemos ou não queremos pôr em prática. A inclusão escolar teve as suas origens no centro das pessoas em situação de deficiência e insere-se nos grandes movimentos contra a exclusão social (p. 69).

Assim, a proposta de inclusão busca desenvolver metodologias direcionadas para todos os alunos, especialmente matriculados em escolas comuns, de forma a não reforçar preconceito ou enfatizar diferenças, mas ao contrário, reconhecer e estimular as potencialidades, de modo que estas fiquem mais evidentes que a própria deficiência. Esta concepção permite trocas significativas entre aquele que ensina e aquele que aprende, gerando entusiasmo, respeito e confiança em ambos os lados, condições importantes no processo de aprendizagem. (SANCHES; TEODORO, 2006, p.96)

No entanto, como salienta Gil (2006) “infelizmente, milhares de crianças, adolescentes e jovens brasileiros não tem acesso à escola e ficam a margem da sociedade”. De acordo com o Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão – NAPI, em Cruzeiro do Sul, no ano de 2013, 31% do total de alunos matriculados nas escolas regulares não receberam o Atendimento Educacional Especializado - AEE, ou seja,

apesar de terem esse direito, não usufruíram, mesmo com escolas possuindo salas de recursos e professores de AEE preparados para atendê-los em suas respectivas necessidades. Em relação às pessoas com algum tipo de deficiência, 70% da zona urbana e 66% da zona rural, constam nos dados do Educa senso, desse mesmo ano, como assistidas pela escola através do AEE no contraturno escolar.

Observamos, assim, que todo o esforço envidado parece ser ainda insuficiente, necessitando novas ações para que se amplie não somente o acesso e a permanência dessa população à escola, mas que a presença dos alunos, público-alvo da educação especial, retornem para suas escolas no contraturno para o AEE, onde será oferecida a complementação e/ou a suplementação de acordo com a necessidade de cada um, conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da inclusão de 2008. É nessa perspectiva de melhorar condições educacionais para todos que se deve organizar a educação inclusiva.

Visando a melhoria e a garantia do direito a uma educação de qualidade e igualdade social, a Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas proclama que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo sistema educacional. (BRASIL, 1994, p.1)

Para além da recomendação da citada Declaração, o Brasil apresenta mecanismos legais próprios que coadunam com aquela proposta. A inclusão escolar de pessoas com deficiência em escolas regulares é um direito garantido pela

LDBEN, que direciona a educação em nível nacional em nosso país, como será apresentada mais adiante.

Marta Gil (2006) ressalta que, “a educação inclusiva vem transformar a escola tradicional, onde todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma” (p.779). Sabemos que os seres humanos têm diferentes formas de aprender e de evidenciar o que foi aprendido. Na nova perspectiva os diferentes canais de aprendizagens devem ser considerados e o saber pode ser avaliado de diferentes formas. Isso não significa dizer, como erroneamente têm pensado alguns, que o aluno não precisa aprender e nem será avaliado. Este é um pensamento simplista em relação à proposta de inclusão escolar. Muito pelo contrário, em uma proposta inclusiva o educador trabalha com a complexidade que está envolvida no processo de aprendizagem, colocando à disposição do aluno todos os recursos metodológicos disponíveis na ciência da educação e áreas afins. Os professores estão em um momento ímpar do processo educativo, com toda a tecnologia e o conhecimento à sua disposição. Resta abraçar a causa da inclusão e promover-la em sala de aula, independente da modalidade ou nível de educação.

Essa necessidade de ter acesso à informação sobre a docência em situação de inclusão para estar sendo sentida pelos professores. É possível notar que a cada dia os profissionais da educação buscam, por diversos meios, o aperfeiçoamento profissional para atender o público com necessidades educacionais especiais. Mas é premente compreender que as ações educacionais não devem acontecer de forma isolada, mas ao contrário, necessitam de parcerias entre escola, família e comunidade em geral. Todos devem cooperar para a verdadeira inclusão do aluno com deficiência nos diversos espaços da sociedade. Conforme Galvão Filho e Damasceno:

Desenvolver recursos de acessibilidade significa combater preconceitos, pois, no momento em que lhe são dadas as condições para interagir e aprender, explicitando o seu pensamento, o indivíduo com deficiência mais facilmente será tratado como um “diferente-igual” [...] por sua condição de necessidades especiais, mas ao mesmo tempo “igual” por interagir, relacionar-se e competir em seu meio de recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidades de que dispõe. É visto como “igual”, portanto, na medida em que suas diferenças, cada vez mais, são situadas e se assemelham com as diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos. Esse indivíduo poderá, então, dar passos maiores

em direção à eliminação das discriminações, como consequência do respeito conquistado com a convivência, aumentando sua autoestima, por que passa a poder explicitar melhor seu potencial e pensamentos. (Galvão filho e Damasceno, 2001, p.1)

Assim concluímos este tópico afirmando que todo ser humano é capaz de aprender e ensinar. Precisa-se de oportunidade e respeito para que cada um possa expor suas ideias, contribuindo para o crescimento de si próprio e de quem está à sua volta. Podemos dizer que a inclusão é uma ponte de ligação entre o aluno especial e a sociedade apontando para uma educação que garante o direito à diferença e não a desigualdade. Mas acima de tudo, inclusão significa possibilitar alternativas diferentes ao desenvolvimento do aluno com deficiência. E como se dá o processo de desenvolvimento humano? É o que abordaremos no próximo item.

Desde os primórdios, os seres humanos vêm mostrando que são capazes de produzir meios para a própria sobrevivência e confeccionar artefatos para o bem-estar, transformando, assim, o lugar onde vivem por meio do trabalho. Esta é uma característica singular no processo de desenvolvimento humano. Segundo Kelman (2010):

O desenvolvimento humano não se restringe a estudos sobre comportamento infantil, mas refere-se a uma temática que envolve todo o curso da vida humana. O desenvolvimento estuda a trajetória do indivíduo, marcada não apenas pela herança que recebe de seus pais, mas pelas experiências que vivencia ao longo de sua vida. (p.13)

Assim, podemos considerar desenvolvimento humano como processo de mudanças e transformação pelo qual passamos no decorrer de nossas vidas, desde o nascimento até a morte. Trata-se de modificações que aparecem de maneira singular, ou seja, cada ser tem um caminho próprio em seu processo de desenvolvimento e construção de conhecimentos. Desse modo, os avanços humanos são distintos, os comportamentos e personalidades são diferenciados, e possivelmente nunca tendo sido igual na história da humanidade. Conforme proposto por KELMAN (2010), compreendemos o desenvolvimento humano como:

[...] como um processo singular, dinâmico e marcado por historicidade. Cada sujeito constrói uma história que é única. Aliás, o termo indivíduo significa um-que-não-se-divide. Cada pessoa

compõe um modelo que não se repete, embora muitas histórias individuais possam ser parecidas. (p.22)

Consideramos que a escola tem uma contribuição importante no processo de desenvolvimento dos indivíduos em nossa sociedade letrada. Em especial para as pessoas com algum tipo de deficiência, o acesso à uma educação de qualidade em meio não segregado é uma oportunidade de empoderamento e desenvolvimento de autonomia.

A seguir conversaremos um pouco mais sobre as questões legais envolvidas no processo de inclusão.

2.2 Aspectos legais da educação inclusiva

No que diz respeito à legislação de apoio às pessoas com deficiência, a nossa Carta Magna, com maestria, ressalta garantias de direitos, de forma indistinta, a todos os cidadãos. A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) salienta em seus artigos o direito à cidadania e à dignidade de todo o cidadão e a promoção do bem-estar de todos, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Assegura o direito de todos à educação, visando o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.205). Garante também “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I). Ainda no art. 208, inciso V diz que é “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

A Constituição estabelece o direito de todo ser humano à educação de qualidade, a entrada na escola e principalmente o atendimento especializado de acordo com às necessidades de cada indivíduo, não abrindo espaço para nenhum tipo de discriminação. É importante ressaltar que tratamento igualitário não implica em dizer que todos sejam iguais. Como afirma Boaventura de Souza Santos “temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2003, p. 56). Isto quer dizer que as singularidades devem ser observadas, porém resguardando aspectos

como privacidade, dignidade, respeito, direito autonomia e outros. A tentativa de homogeneização é contrária aos princípios da inclusão.

Dentro desses direitos e garantias educacionais, previstos na Constituição surgem especificidades no sistema educacional e uma delas é o atendimento educacional especializado. Fávero, Mantoan e Pantoja apontam que:

O Atendimento Educacional Especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino escolar (básico e fundamental) de preferência nas escolas comuns da rede regular. Esse é o ambiente escolar mais adequado para garantir o relacionamento do aluno com os seus pares de mesma idade cronológica e para a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo. (FÁVERO et, al. 2007, p. 26)

A interação entre os alunos permite que haja uma troca de conhecimento, experiência e costumes, podendo ser vivenciados nas escolas e na sociedade. Essa comunicação contribui de maneira positiva para o desenvolvimento eficaz dos alunos. É importante ter clareza de que o Atendimento Educacional Especializado não substitui a classe comum, mas oferece subsídios para uma melhor aprendizagem do aluno com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visando uma educação inclusiva de qualidade disponibiliza normas gerais para subsidiar o processo de inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional. De acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996):

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (MEC/SEESP, 2001 p. 13)

Dessa forma, compreende-se que a exclusão de pessoas com deficiência não é aceitável na sociedade atual. Seus direitos estão garantidos e a inclusão escolar é uma norma. Além do que já apresentamos até este estágio do texto, vários outros documentos ajudam a sistematizar e regulamentar essa norma, dentre os quais destacamos, conforme MEC/SEESP (2001, p. 14):

O decreto de nº 3.228/ 99. Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

Portaria MEC nº 679/ 99. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidades a pessoa portadora de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimentos de cursos e credenciamentos de instituições.

Lei nº 10.098/ 00. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras ou com mobilidade reduzidas e dá outras providências.

As citadas leis decretos e declarações são dispositivos legais e político-filosóficos que permitem construir uma política educacional de qualidade sem preconceito e livre de desigualdade social. Segundo o MEC (2000):

A educação especial é compreendida como uma modalidade de educação inserida no processo educacional para assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar ou substituir os serviços educacionais comuns, afim de garantir a educação escolar e promover as potencialidades dos alunos que, por algum motivo, apresentam necessidades educacionais especiais.

Cabe aos governantes, gestores de escolas, familiares e toda sociedade fazer valer as diversas leis e documentos em prol de uma educação para todos. Já não cabe mais, em pleno século XXI, ainda observarmos dificuldades de acesso à educação formal, especialmente se estiver atrelada à questão de discriminação por deficiência. Devemos a todo o momento difundir direitos aos cidadãos e a escola é um espaço privilegiado para esse fim.

Finalizamos este tópico indicando que são inúmeros os registros que tratam do direito à cidadania e à inclusão educacional, mas por uma questão de organização espacial e temporal não foi possível apresentar todos os documentos

disponíveis. Assim, sugerimos ao leitor algumas fontes que consideramos bastante abrangentes³.

O objetivo desta seção foi nortear o leitor para a existência de um marco legal que orienta e regulamenta a inclusão de alunos com deficiência em escola comum, assim como em outros espaços da vida comum em sociedade.

2.3 A importância do Atendimento educacional especializado na promoção da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais

No ambiente escolar há uma relação intrínseca entre o ensinar e o aprender. Essa relação que vem transformando a vida escolar de alunos com diferentes diagnósticos e seus pares sem deficiências: ambos dividem o mesmo ambiente, compartilhando então suas facilidades e dificuldades. Visando o um ensino de qualidade, que permita aos estudantes com algum grau de deficiência, participar de forma igualitária das aulas com seus distintos colegas, foram implantados nas escolas o Atendimento Educacional Especializado - AEE, sobre o qual já começamos a falar nas seções anteriores. Mas do que se trata esse atendimento?

O AEE é um trabalho desenvolvido especificamente para alunos com diagnóstico de deficiência ou transtorno invasivo do desenvolvimento. O seu objetivo é identificar, estabelecer e organizar recursos pedagógicos que minimizem os empecilhos dos alunos, com necessidades específicas. O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa “o desenvolvimento do aluno com vistas à autonomia independência na escola e fora dela” (SEESP/MEC; 01/2008).

O AEE, também denominado sala de recursos, foi implantado no Brasil oficialmente nos anos 80, apesar de a ideia vir amadurecendo desde os anos 70 (ANJOS, 2011). O serviço tem um papel de suma importância no ambiente escolar, que é o de apoiar os alunos com deficiência, buscando minimizar suas dificuldades no cotidiano escolar (PRIMO, 2011). O decreto 7.611 de 2011 ressalta que:

O Atendimento Educacional Especializado é ofertado gratuitamente aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, e deve ser

³ Para mais informações acerca da legislação disponível sugerimos a obra organizada por Blattes (2006) e o acesso ao portal: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>

oferecido de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

O atendimento tem, ainda, a função de trabalhar para a formação e desenvolvimento do aluno, propondo o bem-estar dentro e fora do ambiente escolar de maneira compreensiva e abrangente. Segundo ROPOLI (2010,31):

A sala de recurso tem o objetivo de acolher os alunos com necessidades especiais que estudam no ensino regular, ajudando no desenvolvimento do ensino aprendizagem, colaborando para que o aluno possa superar as dificuldades encontrada no ensino regular.

Para que os diferentes dispositivos legais sejam implantados nas escolas devem haver ações governamentais estadual, municipal ou local que garantam o direito adquirido pelos alunos com necessidade educacionais especiais. Observamos que o atendimento educacional especializado, presente nas escolas, como uma conquista significativa ao processo de inclusão educacional. Por meio dele, alunos são incluídos no ambiente escolar, tendo a oportunidade de desenvolver seus conhecimentos e aprendizado de acordo com suas capacidades e habilidades.

No próximo subtema apresentaremos a realidade da educação inclusiva do município de Cruzeiro do Sul-Acre, local onde se desenvolveu essa pesquisa.

2.4 Educação inclusiva no município de Cruzeiro do Sul

A presente pesquisa, conforme já deixamos claro na parte inicial do texto, tem por finalidade contribuir com a proposta de educação inclusiva na cidade de Cruzeiro do Sul. Neste sentido achamos por bem informar ao leitor sobre o seu histórico, de forma a localizá-lo acerca da relação da educação nesse contexto.

Em 12 de setembro de 1904 o Município de Cruzeiro do Sul abrigou a sede temporária do departamento do alto Juruá, no povoado, localizado na foz do rio Moa. No dia 28 de setembro do correte ano foi deslocada para a margem esquerda do rio Juruá com o nome de Cruzeiro do Sul.

A cidade de Cruzeiro do Sul localiza-se distante da capital Rio Branco a cerca de 680 km. O acesso se dá por meio da BR 364, que só foi liberado no ano de

2009, e por transporte aéreo. De acordo com informações do IBGE 2010, possui uma área de 8.779,391 km² e 78.507 habitantes, o segundo maior número de habitantes do Acre. Os primeiros povos a habitar no município foram os indígenas, dentre as tribos: Náguas, Amoacas e Araras. Suas principais fontes de economia são baseadas em extrativismo, agricultura, pecuária, piscicultura, comércio formal e Informal. Destacamos aqui a plantação da mandioca e seus derivados, principalmente a farinha, que é conhecida mundialmente.

Quanto ao número de escolas, o município possui 176 escolas inscritas no cadastro escolar (2011), dividindo em 93 na rede municipal, 80 na rede estadual, 03 particulares e uma escola especial (APAE), que presta atendimento todos os alunos com diferentes deficiências: física, intelectual, auditiva, múltipla, surdo-cegueira, superdotação e síndrome Down. A APAE foi instalada em 16 de abril de 1997 e dá apoio educacional e médico para as crianças, jovens e adultos com deficiência. Desde 2009 os alunos frequentam aquela instituição no contraturno de suas respectivas escolas. Lá é oferecido o AEE, atendimento médico, fisioterapia, fonoaudiologia, além de oficinas de preparação para o mercado de trabalho.

A rede educacional pública de Cruzeiro do Sul tem um número significativo de alunos matriculados, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro- 1 Matrículas da Educação Básica por modalidade em Cruzeiro do Sul

Matrículas	Alunos matriculados
Creches	1.262
Pré-escolas	3.042
Anos Iniciais	11.364
Anos Finais	8.395
Ensino Médio	5.018
EJA	2.328
Educação Especial	1.094
Total	32.503

Fonte Censo Escolar/INEP2011| QEdU.org.br. Adaptado pela autora

A APAE trabalha em conjunto com as demais instituições de ensino público do município. Fica a critério dos pais dos alunos optarem pelo AEE na própria escola

ou na APAE. Geralmente, nesta são assistidos os alunos que apresentam deficiência física e intelectual em graus mais severos.

Podemos observar que é relevante o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas instituições estaduais e municipais de ensino em Cruzeiro do Sul, que é tido como o município que atente a maior quantidade de alunos especiais no estado do Acre.

O atendimento especial aos Alunos com deficiência em Cruzeiro do Sul, começou a se desenvolver em 2006. Contava com uma equipe de 10 educadores itinerantes que atendiam os alunos de todas as escolas independentemente da deficiência. Os atendimentos eram realizados pelos professores, que se desdobravam formando pequenas equipes para realizar o atendimento nas escolas. Hoje a maioria das escolas, tanto da rede municipal, quanto da estadual tem uma sala de recursos, com professores específicos, professor monitor e atendente pessoal para acompanhar os alunos com deficiência.

As dificuldades eram muitas. Promover a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular era um grande desafio encontrado pelos educadores e até mesmo pelos pais, que muitas vezes não acreditavam que os professores do ensino regular fossem preparados para ensinar aos seus filhos. Com o passar dos anos a inclusão de alunos na escola regular se tornou possível, o ambiente escolar foi adaptado para recebê-los buscando sempre a união entre pais, gestores e toda a comunidade escolar.

Para apoiar os alunos com deficiência na rede de ensino, foi criado em 2010, o Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão (NAPI), que é o órgão da Secretaria de Estadual de Educação do Acre (SEE/AC), responsável pela formação de professores de AEE que atuam na área de educação especial nas escolas. Atualmente o NAPI conta com a seguinte estrutura:

Quadro-3 Caracterização/ do NAPI em cruzeiro do Sul

-422 alunos incluídos no sistema regular de ensino estadual;
- Atendimento a 40 escolas incluindo zona urbana e rural;
- 67 professores e 19 interpretes de atendimento educacional especializado;
- Grupo de formação na área da surdez, baixa visão, Braille e educar na diversidade ;

-Grupos de formadores de oficinas nas escolas;
Grupo de profissionais de produção de materiais dentro das especificidades;
- 02 supervisoras que dão suporte pedagógico as escolas e sala de recursos;
- 35 alunos surdos distribuídos do ensino infantil ao Ensino Médio que tem o apoio de interpretes de língua de sinais;
- Atendimento pela fonoaudióloga;
- 01 coordenadora administrativa;
- 02 serventes;
- 03 vigias;
- 02 auxiliar de secretaria;
- 02 acompanhante na Kombi que trabalha no carro ajudando locomover os alunos para o centro e para as escolas.

Informações: do histórico NAPI C do Sul/ Acre, 2010. Adaptado pela autora.

Em 2014\2015 a equipe foi ampliada passando a contar com 92 professores de AEE, 28 atendentes pessoais e 32 intérpretes.

O centro apoio NAPI tem como objetivo principal promover e difundir a inclusão nas escolas comuns, garantindo às pessoas com deficiências que sua participação social seja realizada com autonomia; e colaborar para que a sociedade compreenda e respeite a diversidade (NAPI,2010). Sua sistemática de funcionamento consiste em oficinas pedagógicas nas escolas para professores e alunos; seminários; congressos; cursos de formação continuada para professores nas diversas áreas; encontros pedagógicos com professores de AEE; encontros pedagógicos nas escolas com professores e servidores; reuniões com a equipe gestora, pais e a comunidade; atendimento fonoaudiológico; projetos didáticos; parceria com instituições culturais (Fundação Elias Mansuer) e outros (Ceflora, Senac, Senai, Sebrae, Corpo de Bombeiro).

A formação dos professores é realizada na própria sede durante todo o ano, no período de quinze em quinze dias. Reúnem-se todos os professores e cada um busca desenvolver atividades na área em que trabalha: deficiência intelectual,

deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/ superdotação.

Para acompanhar e apoiar o trabalho dos docentes de AEE a equipe é composta por 02 supervisores educacionais que desenvolvem as seguintes atividades: orientar as famílias para o seu envolvimento e sua contribuição no procedimento educacional; orientar a preparação do material de baixa tecnologia e manuseio da tecnologia; articular junto ao professor de AEE ações que sejam consideradas no Projeto Político da Escola. Em 2015 foram organizados os seguintes cursos:

Quadro- 4 Cursos ofertado em 2014 / 2015

Área atendidas	Participantes
Altas Habilidades/Superdotação	150 cursistas
Oficinas de produção de Material/ braile	112 cursistas
Libras em contexto básico, educar na diferenças	125 cursistas
Deficiência Visual	125 cursistas
Total	512 participantes

Fonte: NAPI-CZS. Adaptado pela autora.

A partir dessas formações os professores de Cruzeiro do Sul têm a oportunidade de fazer uma prática diferenciada em sua sala de aula. Nas próximas seções apresentaremos, de forma mais específica, os objetivos da pesquisa, a metodologia e a discussão dos dados.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Investigar a importância do Atendimento Educacional Especializado nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola da rede pública de Cruzeiro do Sul.

Objetivos Específicos

Conhecer as principais atribuições do atendimento educacional especializado;

Identificar os recursos e apoios pedagógicos utilizados com os alunos que apresentam deficiência;

Analisar as percepções de professores acerca do atendimento inclusivo;

Avaliar as contribuições do atendimento educacional no processo inclusivo na escola.

4. METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Esta Monografia de Conclusão de Curso foi concretizada por meios uma pesquisa qualitativa, com ênfase em um estudo de caso. Segundo Minayo (1994) a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.21).

O estudo de caso é um procedimento que busca aprofundar estudos de forma especial e particular sobre um determinado tema ou fenômeno. O principal objetivo de um estudo de caso é buscar respostas aos questionamentos expostos pelo pesquisador. Conforme Yin (2001) diz que “o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados” (p.33).

Com o intuito de obter informações sobre a importância do Atendimento educacional especializado foram realizadas entrevistas com duas professores de AEE, coordenador de ensino e coordenadora geral do NAPI, focando sempre nos objetivos exposto no estudo.

4.2 Contexto da Pesquisa

A Escola Alegria do Saber onde foi realizado o estudo, foi fundada no dia 08 de março de 1940. Iniciou suas atividades com apenas uma sala de aula que funcionava no turno da manhã, onde era desempenhada a função de diretor e professor, simultaneamente pela mesma pessoa. Conforme narrativas orais dos moradores mais antigos, a escola foi criada em homenagem ao comandante de um navio nordestino que na época transportava imigrantes que vinham para a região em busca das riquezas naturais existentes, entre elas a borracha.

Hoje a equipe gestora da escola é formada por uma diretora, um coordenador de ensino, que substitui o vice-diretor, uma secretária e um coordenador administrativo.

Atualmente a escola funciona nos turnos matutino e vespertino, atendendo alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Conta com quadro de 14 professores, uma professora mediadora e uma atendente pessoal. Conta ainda com três vigias, uma merendeira e duas serventes que atuam no tempo integral. A escola conta com uma ampla área aberta e dispõe de seis salas de aula, um laboratório de informática, uma biblioteca, uma direção, uma secretaria, um refeitório e três banheiros, sendo deles adaptado para as crianças com deficiência.

A escola tem como objetivo melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem, assim como o nível de desempenho dos alunos por meio de procedimentos que viabilizem a realização de um trabalho em parcerias com a comunidade e outras instituições.

Na instituição é oferecido o Atendimento Educacional Especializado, que funciona da seguinte forma: No turno da manhã temos uma educadora e uma professora mediadora que atende 10 alunos e no turno da tarde uma educadora e uma mediadora que atende 8 alunos. A escola em si, vê e reconhece importância de trabalhar com a “diferença”, buscando sempre valorizar, respeitar e priorizar o ensino inclusivo no âmbito educacional.

4.3 Participantes

Participaram do estudo quatro pessoas: uma coordenadora do NAPI, duas professoras de AEE e um coordenador de ensino da escola, que serão caracterizados no quadro a seguir.

Quadro-5 Caracterização dos participantes da entrevista

Participantes	Sexo	Idade	Formação	Atuação
Professor 1	Feminino	33	Letras	Prof.º da Inclusão
Professor 2	Feminino	37	Letras e Pedagogia	Prof.º da Inclusão
Coordenador 1	Masculino	40	Pedagogia	Coordenador de Ensino
Coordenador 2	Feminino	37	Pedagogia	Coordenadora do NAPI/ C. do Sul

Os participantes foram nomeados como professor e coordenador, enumerados para proteger suas identidades.

4.4 Materiais

Os materiais utilizados durante a pesquisa de campo foram: caneta, caderneta, computador, celular para gravar a entrevista e tirar fotos da sala de recursos e dos materiais didáticos confeccionados pelas professoras da AEE.

4.5 Instrumentos de Construção de Dados

Para a concretização desta pesquisa foram elaborados diferentes roteiros de entrevistas, baseados na fundamentação teórica do presente estudo: roteiro para entrevista com os professores da inclusão (Apêndice A); roteiro de entrevista para o coordenador de ensino da escola (Apêndice B); roteiro de entrevista para a coordenadora do NAPI (Apêndice C).

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

Os critérios de escolha da escola foram: a localização – proximidade da residência da pesquisadora, o que facilitou o seu acesso; a significação afetiva – trata-se da escola onde a pesquisadora estudou em seus anos iniciais de escolarização e, atualmente é a escola onde sua filha estuda. Diante da possibilidade de fazer um trabalho que contribuísse com a educação inclusiva local surgiu a ideia de compartilhar e envolver os professores da instituição nessa pesquisa.

O primeiro passo para a pesquisa foi expor para a diretora da escola o tema do projeto: Educação especial na perspectiva da inclusão em Cruzeiro do Sul e seu objetivo. Após a sua anuência a pesquisadora fez a mesma exposição aos professores e convidou-os para a participação na pesquisa. Uma vez aceitos os convites, a pesquisadora providenciou a documentação necessária exigida, como requisitos éticos para a pesquisa de campo, a saber: termos de consentimento livre esclarecimento (anexo B); aceite institucional (anexo C); carta de Apresentação

(anexo D). Uma vez esclarecidas todas as dúvidas dos participantes, os termos foram assinados e uma via deixada com cada participante.

Antes de iniciar as entrevistas com os participantes a pesquisadora realizou a leitura do projeto político pedagógico para conhecer as propostas, objetivos que a escola havia planejado para o ano letivo de 2015.

A partir de roteiros, a pesquisadora passou, então, às entrevistas. Entrevistou os professores da inclusão e coordenadores, com o intuito de compreender a importância do atendimento educacional especializado no ambiente escolar, utilizando, inicialmente uma conversa informal para criar um espaço de descontração. As entrevistas ocorreram em dias diferentes, para que pudesse obter o maior número de informação e realizar as anotações das respostas dos professores. O estudo iniciou no dia 07 de outubro e terminou em 13 de outubro de 2015.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

Primeiramente, as entrevistas foram ouvidas e transcritas pela pesquisadora. No segundo momento foram realizadas várias leituras até que se definisse uma forma de análise. Optou-se pela divisão em dois blocos de análises, o primeiro enfocando as entrevistas com os professores e o segundo, com os coordenadores. As análises foram norteadas pelos objetivos da pesquisa.

A análise aconteceu de maneira interpretativa, tendo como foco sempre o atendimento educacional especializado.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contribuições do atendimento educacional especializado

Para que o Atendimento Educacional Especializado seja apropriado é relevante que o educador reconheça o seu dever e o direito do aluno. Para isso necessita compreender o verdadeiro valor dos quatros pilares nos quais se baseiam a educação, conforme indicado nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Aprender a conhecer - desenvolvimento de competência para construir conhecimento, exercitar pensamentos, atenção e percepção para contextualizar e para saber se comunicar.

Aprender a fazer – pôr em prática os conhecimentos significativos em trabalhos futuros.

Aprender a ser – deve preparar o aluno de forma integral: física, intelectual e moral para que ele saiba agir em diferentes situações e condições por si mesmo.

Aprender a conviver – saber conviver com os outros, respeitando as diferenças, vivendo junto para desenvolver projetos solidários e cooperativos, em busca de objetivos comuns, por meio de solidariedade e da compreensão. (BRASIL, 1999).

Essa compreensão facilita o desenvolvimento do trabalho do educador e aprendizagem do aluno. Ambos precisam andar de mãos dadas para que haja uma troca de conhecimento e aprendizado eficaz. Como afirma Souza e Vidal:

Para promover a inclusão, de forma efetiva, precisamos estar atentos ao papel do professor, aos diferentes tipos de atendimentos educacional especializado, ao ambiente escolar as adaptações curriculares e as inúmeras possibilidades de construção das redes de apoio (2007, p. 41).

Para desenvolver realmente a educação inclusiva na escola é necessário que haja um empenho mútuo por parte de todas as pessoas que fazem parte da equipe escolar. As entrevistas serão tratadas em dois blocos de análises. No primeiro discutiremos as entrevistas com os professores e no segundo com os coordenadores, em seguida as conclusões gerais da pesquisa.

5.1. PRIMEIRO BLOCO DE ANÁLISES DE ENTREVISTAS

5.1.1. Entrevista com as professoras do Atendimento Educacional Especializado.

As perguntas feitas aos professores estavam direcionadas a importância do AEE no processo de ensino aprendizagem do aluno. Em relação à contribuição do serviço, os professores responderam da seguinte forma:

Pesquisadora: Qual a contribuição do AEE na escola?

Professor 1 – “*O atendimento educacional fornece ao aluno apoio pedagógico, ajudando no desenvolvimento do ensino aprendizagem de acordo com suas limitações*”.

Professora 2 – “*O atendimento educacional especializado **contribui muito para o ensino e o desenvolvimento aprendido dos alunos especiais**, dando subsídios para que eles possam frequentar o ambiente escolar tendo a oportunidade de aprender, se relacionar com os demais alunos havendo assim uma **troca de conhecimento e aprendizado***”.

As falas indicam conhecimento das atribuições do serviço de AEE, até mesmo por ser a área de atuação dos professores. Entretanto, não evidenciaram, exatamente, as contribuições do AEE no cotidiano dos alunos com deficiência, especialmente o Professor 1, que apenas informou que ajuda nas limitações. Já o Professor 2, apesar de ter explorado pouco, demonstrou sensibilidade ao trazer dois aspectos extremamente pertinentes ao processo de inclusão: as trocas de conhecimentos e aprendizados e o relacionamento com os pares. Sabemos que a aprendizagem é um ato conjunto. Na teoria histórico-cultural há uma ênfase à necessidade do outro para construirmos novas ideias. Vigotski (2003) destaca que os aspectos individuais e sociais, estabelecem-se simultaneamente, o que equivale a dizer que a forma como cada pessoa se organiza depende da relação estabelecida com o outro. Nesse sentido, a escola inclusiva é um espaço de troca significativas de experiências, por estarem juntos diferentes alunos com suas formas próprias de

pensar e agir. É nesse contato que o aluno com deficiência vai organizando o seu próprio conhecimento.

Pesquisadora: Quais os métodos propostos pelo educador para transmitir os conteúdos para os alunos?

Professor 1 *“Temos como método jogos, materiais lúdicos e vídeos elaborado com base nos conteúdos trabalhados na sala de aula, nós professores buscamos sempre trabalhar em conjunto”.*

Professor 2 *“jogos e materiais concretos que ajudem a desenvolver o raciocínio lógico e cartazes que auxiliem a leitura e escrita no processo de aprendizagem sempre trabalhando de acordo com a professora da sala regular”.*

De acordo com a fala do professor 1 fica claro que os métodos utilizados são bastante diversificados baseado em jogo e materiais lúdicos de forma coletiva para eliminar as lacunas que impedem o aluno de ter acesso ao conhecimento. Ambos os professores demonstram buscar a inovação dos recursos disponíveis para alcançar os objetivos junto aos seus alunos. GOMES (2010, P.15) destaca que “para elaborar o plano, o professor mobiliza os diferentes recursos disponíveis (escola, comunidade etc) e faz uma articulação com o professor do ensino comum”. A metodologia visa desenvolver as potencialidades de acordo com a realidade de cada aluno, visando sempre a construção do conhecimento do aprendiz.

Pesquisadora: Quais conteúdos/ disciplinas aplicadas na sala de recursos?

Professora1 *“O foco está nas disciplinas básicas: português e matemática, sendo que os temas trabalhados são baseados na vivência dos alunos a fim de suprir suas necessidades”.*

Professor2 *“As atividades desenvolvidas estão direcionadas para o português (leitura e escrita) e matemática (o quadro operações)”.*

Conforme demonstram os professores, ambos trabalham as mesmas disciplinas. Observa-se uma preocupação em relacionar os conteúdos ministrados às realidades dos alunos por meio de temas próprios do cotidiano. Nesse sentido, é

importante que conheçam as vivências dos alunos. A ênfase nos conteúdos de português e matemática, possivelmente se deva à importância das duas disciplinas na compreensão das demais.

Pesquisadora: E Quais os referenciais teóricos em que se baseia na elaboração das aulas?

Professora 1 *“são vários os autores que uso como fonte de pesquisa dentre eles destaco: revistas, sobre a educação especial; Projeto de formação continuada à distancia de professores das salas multifuncionais dos município-pólos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”.*

Professor 2 *“Temos como referência a coleção: “A Educação Especial na Perspectiva da Educação Escolar”.*

Os professores demonstram que buscam atender aos princípios e orientações que norteiam a prática pedagógica em uma proposta de educação inclusiva. É importante que as disciplinas e os conteúdos sejam trabalhados, considerando as singularidades presentes na condição de deficiência e no desenvolvimento evidenciado por cada aluno. Essas possibilidades devem compartilhadas com os professores regentes a fim de que se crie uma rede de apoio e motivação à aprendizagem do aluno na escola. É importante salientar que o trabalho do professor do AEE não substitui aquele oferecido pelo professor em sala de aula como adverte Batista e Mantoan (2006).

Pesquisadora: Percebe-se que para haver êxito na educação inclusiva a escola recebe o apoio do Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão (NAPI). Qual é a relação do mesmo com as escolas que oferecem o AEE?

Professor 1 *“O NAPI vem desenvolvendo um trabalho significativo com todos os professores da rede estadual de ensino de Cruzeiro do Sul, ofertando cursos de capacitação nas diversas áreas das deficiências”.*

Professor 2 *“Nós damos auxílios para desenvolvermos nosso trabalho de forma positiva, ofertando formações, disponibilizando, materiais didáticos adequados para cada deficiência”.*

Investir na formação do educador é garantir uma educação de qualidade, conforme se propõem os professores de AEE participantes da pesquisa. De forma a contribuir com essa proposta, os gestores das escolas devem buscar facilitar o aperfeiçoamento profissional dos educadores de suas instituições.

Pesquisadora: Com todo esse apoio que as escolas recebem se ver o quanto o AEE é importante nas escolas. Qual a importância da sala de recurso para o desenvolvimento dos alunos com deficiência?

Professor 1 *“a sala de recurso é importante porque realiza-se um trabalho de forma mais lúdica e assim os alunos sentem mais vontade de aprender e se envolver nas atividades. Tendo como objetivo principal o pleno desenvolvimento dos alunos”.*

Professora 2 *“fortalecer a inclusão, para aprimorar a capacidade do aluno, desenvolver o intelectual do aprendiz”.*

Mais uma vez notamos a necessidade de complementaridade entre os trabalhos dos professores de AEE os regentes das turmas, visto tratarem-se de atividades diferentes voltadas para o mesmo objetivo – a aprendizagem do aluno com deficiência. Se o trabalho com o aluno acontece de forma isolada, não é possível fazer uma avaliação coerente de seus progressos ou necessidades em cada etapa de estudo.

Mediante as análises das entrevistas com os professores de AEE, percebe-se que os docentes estão sempre em busca de inovação e capacitação para melhorar o próprio desempenho e colaborando com o desempenho do professor em sala de aula.

5.2. SEGUNDO BLOCO DE ANÁLISES DE ENTREVISTAS

5.2.1 Entrevista com os coordenadores.

As entrevistas com os coordenadores tiveram o objetivo de compreender como eles pensam a educação inclusiva e o seu papel nesse processo. Foram disponibilizadas 10 questões ao coordenador de ensino da escola pesquisada, no que foi nomeado de coordenador 1. E 13 questões para a coordenadora do NAPI, que foi nomeada de coordenador 2. As 10 primeiras perguntas foram iguais para os entrevistados e acrescentadas três questões especificamente a coordenadora do NAPI. Para obtermos informações precisas e coerentes a respeito das suas atribuições no que se refere o ensino inclusivo realizei as seguintes perguntas:

Pesquisador: Qual a função do coordenador?

Coordenador 1 *“Auxiliar os professores no seu trabalho”.*

Coordenador 2 *“Ajudar os professores nos planejamentos na elaboração de sequência didática, além de acompanhar os alunos no seu processo de formação”.*

Os coordenadores se posicionaram de forma técnica e geral. No entanto, se essas atribuições forem realizadas conforme eles propõem, alunos com deficiência e seus professores recebem acompanhamento para seguirem seus processos de ensino e aprendizagem. Mas a forma com a resposta se apresenta não nos é possível afirmar qual a real participação em relação a esses estudantes o quadro docente. Lück (2009, p. 95) ao abordar sobre a função do coordenador expõe que:

A gestão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos [...]. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Estamos aqui considerando o trabalho da coordenação pedagógica como parte do trabalho da gestão escolar. Sendo assim, cabe também ao coordenador buscar junto ao professor que trabalha com alunos com deficiência essa sistematização, de forma a promover aprendizagens significativas e desenvolvimento de competências e a autonomia na vida cotidiana.

Um serviço de coordenação pedagógica bem estruturada é de grande valor para o público escolar, pois estabelece no ambiente uma interação mútua de saber entre professor, aluno e toda a equipe escolar.

Pesquisadora: Como o coordenador pode contribuir juntamente com o professor na elaboração das aulas para o AEE?

Coordernador1 *“O coordenador contribui na elaboração da sequência didática, planejando de maneira lúdica”.*

Coordenador2 *“Primeiramente precisamos vivenciar a rotina do aluno, com o intuito de averiguar sua deficiência, para ver como será desenvolvido o plano de aula. Obtendo essas informações facilitará na elaboração das atividades”.*

Os coordenadores têm funções parecidas, que são nortear o funcionamento do processo de ensino e aprendizagem. A diferença que o coordenador 1 atua em nível local, com o planejamento de aulas para o grande grupo de alunos, nos quais estão incluídos aqueles que têm algum tipo de deficiência. Já o coordenador 2 faz um tipo de trabalho mais específico que visa orientar as ações direcionadas ao atendimento do aluno com deficiência. Dessa maneira sua resposta fica mais enfática em relação a esse grupo. É importante que, como já dissemos, os trabalhos não aconteçam de forma isolada, mas ao contrário, que se integrem NAPI, AEE e professores em docência. Não se pode perder de vista que o foco é sempre o aluno.

Conforme Gil (2005, p.5), coordenador pode sim contribuir na prática educativa do professor auxiliando e desenvolvendo “habilidades e estratégias educativas adequadas às necessidades de cada aluno respeitando a potencialidade e dando respostas adequadas aos desafios apresentados pelos alunos, a partir de análises reflexivas”.

Pesquisadora: A coordenação da escola, juntamente com os educadores, desenvolve projeto interdisciplinar. Como se dá o envolvimento dos alunos com deficiência no desenvolvimento das atividades aplicadas durante a execução do projeto?

Coordenador 1 *“Quando são desenvolvidos projetos na escola, os alunos com deficiência interagem juntos com os demais alunos, nunca ficam sem participar, dentro de suas limitações”.*

Coordenador 2 *“Os alunos com deficiência participam de todas as atividades e projetos que acontecem na escola realizando todos os exercícios exposto pelo professor. É importante ressaltar que esses alunos têm a ajuda do professor mediador que auxilia os mesmos durante a execução das atividades”.*

De acordo com o exposto pelos coordenadores, vale apenas destacar o envolvimento dos alunos nos projetos, pois proporciona uma aprendizagem significativa de forma coletiva. Observa-se que ao mesmo tempo em que o aluno está em interação com os demais, o mediador está próximo para atender às necessidades que surjam em razão suas peculiaridades.

Para haver ensino e aprendizagem faz-se necessário uma troca de conhecimentos de forma significativa. São necessárias, ainda a união e compreensão por parte de todos os integrantes da escola no sentido de estudos compartilhados, aprofundamento em questões pedagógicas e discussão acerca dos casos de cada aluno com deficiência.

Pesquisadora: Apesar reconhecimento e valores obtidos no atendimento educacional especializado, ainda se enfrenta obstáculos em algumas escolas. Qual o maior desafio que essa instituição enfrenta para atender as crianças especiais?

Coordenador 1 *“O maior desafio é fazer com que os pais compreendam que seus filhos necessitam frequentar a escola de maneira regular. Além orientar os pais sobre a independência de seus filhos apesar das limitações que eles possuem”.*

Coordenador 2 *“O maior desafio que encontramos é convencer os pais, das aulas no contra turno e envolve-los nas formações que são*

abertas aos familiares para que os mesmos possam cuidar melhor dos seus filhos”.

Para os alunos com deficiência receber o atendimento especial é preciso frequentar a escola no contraturno, percebe-se que esse é o maior problema que os educadores enfrentam, ressalta o Coordenador 2. Além do mais, os pais carecem de participar das formações que o NAPI oferece com o objetivo de discutir formas diferenciadas de contribuir com o processo de escolarização dos filhos.

As atribuições dos coordenadores são de grande valia para a melhoria da qualidade de ensino no ambiente escolar. Tanto o coordenador 1 de ensino, quanto o coordenador 2, do NAPI, participam das formações que são oferecidas ao educadores, segundo os próprios coordenadores precisam estar formados e preparados para acolher os alunos com deficiência e auxiliar os professores nos encontros pedagógicos no qual, são elaboradas as sequencias didáticas que serão desenvolvidas e aplicada na sala de aula.

O NAPI desenvolve em Cruzeiro do Sul um trabalho de qualidade voltado para a educação inclusiva. Vemos a importância de abordar sobre esse trabalho que vem sendo cultivado nas escolas estaduais, realizando as seguintes perguntas a coordenadora geral do Núcleo de Apoio pedagógico à Inclusão.

Pesquisadora Como se dá o processo de formação dos professores que atuam na sala de recurso?

Coordenador2 *“As formações acontecem a cada 15 dias na própria sede do NAPI. Cada educador se forma na área que atua, são feitos também estudos, pesquisa e elaboração de plano de aula entre os educadores para haver troca de conhecimento”.*

A formação para professor de AEE faz se necessária para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, objetivando atualização dos conhecimentos para melhor atender seus alunos. IMBERNÓN afirma:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu

trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (2001 p.48-49).

Pesquisadora: Qual o objetivo geral do NAPI?

Coordenadora 2 *“Intensificar o atendimento com Complementação e/ou suplementação aos alunos com deficiências incluídos no ensino regular, através de professores de Atendimento Educacional Especializado, interpretes e sala de recursos”.*

O serviço oferecido pelo NAPI em parceria com as escolas estabelece forma de avaliar o trabalho desenvolvido, inserido o aprimoramento desse serviço.

Pesquisadora: Como o NAPI contribui para o ensino aprendizagem do aluno especial?

Coordenador 2 *“O NAPI, vem contribuindo da melhor forma possível primeiramente reconhecendo o valor do deficiente, formando e auxiliando pessoas para atuar na sala de recurso e acima de tudo orientando os pais da importância de manter o seu filho no ensino regular”.*

O NAPI contribui de maneira democrática para que os alunos com deficiência frequentem o ensino regular e a sala de AEE no contra turno. Segundo MACIEL e RAPOSO (2010, p.100) é essencial “que os profissionais envolvidos com a educação especial busquem contribuir de forma efetiva com a construção de conhecimento que venha promover a instituição escolar de meios pedagógicos que atendam a diversidade dos alunos”.

Dessa forma, pode-se observar que o apoio que os educadores oferecem aos alunos são de grande valia para o seu desenvolvimento. Mas cabe lembrar que não somente o educador precisa mudar seus métodos de trabalho, a escola, como um todo, também carece de mudanças e inovações, tendo em vista uma educação de qualidade e principalmente, inclusiva. MONTAAN aponta que temos que agir urgentemente:

- Colocando a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam;
- Assegurando tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência;
- Garantindo o atendimento educacional especializado, preferencialmente na própria escola comum da rede regular de ensino;
- Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;
- Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela tarefa fundamental da escola – a aprendizagem dos alunos; (MONTAAN, 2007. p.46)

Mediante o estudo realizado constatei que o atendimento educacional especializado foi implantado na escola Alegria do Saber no ano de 2008. Desde então vem modificando sua metodologia para oferecer o de melhor para seus alunos e valorizando seus educadores, que por meio de seus trabalhos vem fazendo a diferença na escola e em toda comunidade escolar.

Na imagem a seguir apresentamos alguns materiais confeccionados pelas educadoras da escola pesquisada com o objetivo de contribuir com desenvolvimento integral do ensino aprendizagem de seus alunos.

Figura 1- materiais de apoio



Imagem 1



Imagem 2



Imagem3

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento educacional especializado foi implantado nas escolas para facilitar o atendimento das pessoas com deficiência, com o objetivo de auxiliar o aluno a crescer na carreira escolar, individual, social e favorecendo a sua inclusão na sociedade.

A partir da pesquisa, realizada foi possível compreender a importância do Atendimento Educacional Especializado no exercício profissional dos professores e no aprendizado dos alunos no que se refere às séries iniciais do Ensino Fundamental. Constatei que o ensino inclusivo é aplicado com muita atenção e responsabilidade na referida escola, pois a equipe gestora atende todas as normas exigidas pelos parâmetros curriculares, leis e decretos voltados para o atendimento educacional especializado. O educador se empenha para ser um professor atuante e atender os alunos com diferentes deficiências, que juntos vêm contribuindo com a formação dos alunos e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Todo trabalho realizado na instituição de ensino a análise e o conhecimento do contexto da realidade escolar e da prática docente inclusiva. Como educadores temos grandes desafios a enfrentar, um deles é elaborar metodologias diferenciadas que envolva todos os alunos, tenham eles deficiência ou não.

Após essa experiência compreende-se a importância de conhecer e valorizar o atendimento educacional especializado no ambiente escolar; mostrando a realidade de uma instituição educacional e o quanto é preciso persistir na carreira desafiadora para melhorar a educação em nosso país.

Como educadora, é possível dizer que a Pós-Graduação foi um período no de conquistas e aprendizagens de novas experiências e perspectivas para o desempenho da formação em inclusão. Compreender que para realizar um trabalho de qualidade voltado para a educação inclusiva é de suma importância obter conhecimentos e competência para lidar com o desafio que surge a cada dia.

É nesse sentido que esta pesquisa busca exercer um papel importante na formação de subsídios para o aprimoramento, desenvolvimento da educação inclusiva, saindo de meras teorias e buscando a praticidade em todo o seu contexto; com o intuito de colaborar para que os educadores da inclusão possam refletir em sua prática pedagógica com o conhecimento e o emprego de novas metodologias e

ferramentas para aplicar no ensino infantil melhorando assim o desenvolvimento e o ensino aprendizagem das pessoas com deficiência.

Acredito que o referido trabalho contribuirá para o desenvolvimento do ensino especial no município de Cruzeiro do Sul. Assim desejamos que tanto os educadores do AEE quanto aqueles que estão atuando em classes comuns inclusivas vejam o valor da convivência em situação de aprendizagem entre alunos especiais. Que não se permitam mais comparações entre alunos, taxando alguns como “normais” e, assim, no seu antônimo, os outros como “anormais”. É completamente inadequado fazer esse tipo de comparação uma vez que, como vimos, o processo de desenvolvimento é único para cada pessoa. Considero satisfatório o resultado dessa pesquisa se conseguirmos deixar essa mensagem para todos os educadores: reconhecer que apesar das diferenças e limitações que a vida nos impõe, somos todos iguais e temos nossos valores e competências para vivermos no meio social.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Iris Regina Santos. O atendimento educacional especializado em salas de recursos. *GEPIADDE*, Itabaiana, v 9, ano 5, p. 3-11, jan-jun. 2011.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BATISTA, Cristina Abranches Mota e MANTOAN, Maria Tereza Égler, Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BLATTES, Ricardo Lovatto (Org.). Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. 2 ed. Brasília: MEC, /SEESP, 2006

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial- MEC, SEESP, 2001. 79P.

BRASIL. Ministério da Educação. Estratégias e orientações pedagógicas para a Educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência física./ Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002, 99p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da educação especial, v.4,n 1,janeiro/ junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Secretaria de Estado de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações / Secretaria de Educação Especial Fundamental. Secretaria de Educação especial. Brasília: MEC/SEF/ SEESP, 1999, 62P.

_____. Ministério da Educação Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional - LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

COELHO, Cristina M. Madeira. Capítulo 2: Inclusão escolar. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, ed. UnB, 2010.

DECRETO N°7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Disponível no site: www.portal.inep.gov.br/web/educacenso/duvidas-educacao-especial.

Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades educativas Especiais. Disponível (site:portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca. Acesso em 15-09-2015 às 08:30).

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga,1969- Aspectos Legais e orientação Pedagógica / Eugênia Gonzaga Fávero, Luiza de Marillac P.Pantoja, Maria Tereza Eglér Mantoan. – São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.60P.

GALVÃO FILHO,T.A; DAMASCENO,L.L. Recursos de acessibilidade: as novas tecnologias como tecnologia assistida. In: Biblioteca virtual – artigo e texto PROINFO/ MEC, 2001. Disponível em: www.proinfo.mec.gov.br.

GOMES, A. L. Lima Verde. A educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação Especial, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GIL, M. Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso? Marta Gil (coord), São Paulo, 2005. USP. Disponível em: http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html. Acesso em: 05 de

Novembro de 2015.

GIL, M.(Org). Deficiência visual. Brasília: MEC/SEAD, 2006.(Caderno da TV escola,1).

HISTORICO DO NAPI DE CRUZEIRO DO SUL –ACRE (2010).

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

KELMAN, Celeste Azulay. Capítulo 1: Sociedade, educação e cultura. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, ed.UnB,2010, p.11-54.

LÜCK, H. A dimensão participativa da gestão escolar. Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v. 57, n. out, p. 1- 6, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MENDES, Enicéia Goçaves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Ver. Bras. Educ. (on – line).2006. Vol 11, N 33 set/ dez.p.388.

_____. Educação especial e novas tecnologias: o aluno construindo sua autonomia. Revista Integração. Brasília: MEC, ano 13,n.23, 2001.p. 24-8.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. Metodologia e construção do Conhecimento Contribuições para o Estudo da Inclusão: IN: Diva Albuquerque; BARBATO Silviane. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, ed. UNB, 2010, p.100.

MANTOAN, M. T. E. Produção de conhecimento para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. de. (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. A inclusão e Integração. Jornal do MEC, Brasília, Ano XI, no. 7, p.9.

PEREIRA, Olívia *et al.* Educação Especial: atuais desafios. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

PRIMO, Pereira Divina. Brasília, 2011. Inclusão de Alunos Cadeirantes: Perspectivas e Desafios Após o Decreto 6.571/ 2008. Disponível no (site:bdm.unb.br/bitstream/10483/2171/1/2011-DivinaPereiraPrimo. Acesso no dia 05 de setembro de 2015 às 10:30).

ROPOLI, Edilene Aparecida. A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva /Edilene Aparecida Ropoli...et.al- Brasília: Ministério da Educação Especial, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56).

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SOUZA, A. M. de et al. Educação inclusiva. Módulo III: Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SANCHES, ISABEL & TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Rev. Lusófona de Educação, Jul. 2006, n. 8, p. 63-83. ISSN 1645-7250.

VIGOTSKI, Lev. Semiónovic. (2003). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. (J. C. Neto e cols., Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1984)

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

APÊNDICES

A - Roteiro de entrevista aplicada às professoras de AEE

Caro, professor (a)!

Este trabalho é parte complementar de uma pesquisa do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar, do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde Universidade de Brasília – UnB /Instituto de Psicologia – IP / Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Tendo como objetivo: Investigar o papel do AEE em uma escola pública nas séries iniciais do ensino fundamental em Cruzeiro do Sul sob a ótica da perspectiva inclusiva. Sua colaboração é de sua importância para o andamento desta pesquisa, todas as informações obtidas e identidade dos participantes serão preservadas.

Grata por sua contribuição!

Hoje é dia ___/___/____. Estamos iniciando uma entrevista com_____. São ___horas e ___minutos. Ao final: estamos concluindo a entrevista às ___horas e ___ minutos.

- 1.Idade?
- 2.Formação acadêmica?
- 3.Quantos anos de experiência no A. E. E.?
- 4.Quantos anos de serviço prestado?
- 5.Modalidade de ensino que presta serviço?
- 6.Quais os métodos propostos para transmitir os assuntos para os alunos?
7. Quais conteúdos você aplica na sala de recursos?
8. Quais os referenciais teóricos em que se baseia na elaboração de suas aulas?
9. Qual é a relação do NAPI, com as escolas que oferece o AEE?
10. Qual a importância da sala de recurso para o desenvolvimento dos alunos com deficiência? Qual o objetivo do AEE nas escolas?

B. Roteiro da entrevista com o coordenador de ensino da escola

Caro, Coordenador (a)!

Este trabalho é parte complementar de uma pesquisa do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar, do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde Universidade de Brasília – UnB /Instituto de Psicologia – IP / Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Tendo como objetivo: Investigar o papel do AEE em uma escola pública nas séries iniciais do ensino fundamental em Cruzeiro do Sul sob a ótica da perspectiva inclusiva. Sua colaboração é de sua importância para o andamento desta pesquisa, todas as informações obtidas e identidade dos participantes serão preservadas.

Grata por sua contribuição!

Hoje é dia ___/___/____. Estamos iniciando uma entrevista com -----
São ___horas e ___minutos. / Ao final: estamos concluindo a entrevista às
___horas e ___ minutos.

1. Idade?
2. Formação acadêmica?
3. Quantos anos de serviço prestado?
4. Modalidade de ensino que presta serviço?
5. Como o coordenador pedagógico pode contribuir juntamente com o professor na elaboração das aulas para o AEE?
6. Qual a função do coordenador?
7. A escola oferece alguma atividade extracurricular que envolva o ensino inclusivo? Ou seja, os alunos especiais?
8. Você participa de cursos de formação na área da inclusão?
9. Qual o maior desafio que a escola enfrenta para atender as crianças especiais?
10. Você assiste as aulas na sala de recurso?

C. Roteiro de entrevista aplicada a coordenadora do NAPI

Caro, Coordenador (a)!

Este trabalho é parte complementar de uma pesquisa do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar, do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde Universidade de Brasília – UnB / Instituto de Psicologia – IP / Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Tendo como objetivo: Investigar o papel do AEE em uma escola pública nas séries iniciais do ensino fundamental em Cruzeiro do Sul sob a ótica da perspectiva inclusiva. Sua colaboração é de sua importância para o andamento desta pesquisa, todas as informações obtidas e identidade dos participantes serão preservadas

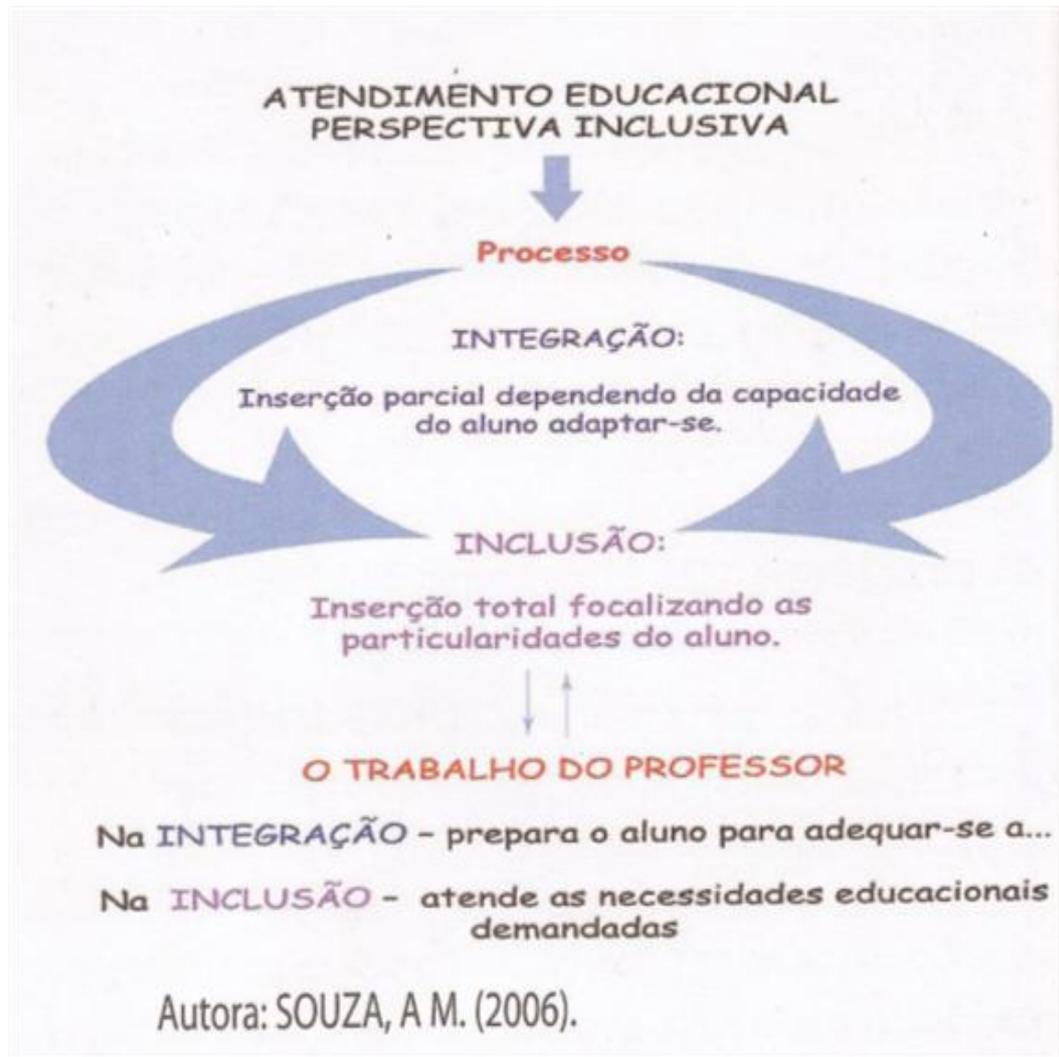
Grata por sua contribuição!

Hoje é dia ___/___/____. Estamos iniciando uma entrevista com _____ . São ___ horas e ___ minutos.
Ao final: estamos concluindo a entrevista às ___ horas e ___ minutos.

1. Idade?
2. Formação acadêmica?
3. Quantos anos de serviço prestado?
4. Modalidade de ensino que presta serviço?
5. Como o coordenador pedagógico pode contribuir juntamente com o professor na elaboração das aulas para o AEE?
6. Qual a função do coordenador?
7. A escola oferece alguma atividade extracurricular que envolva o ensino inclusivo? Ou seja, os alunos especiais?
8. Você participa de cursos de formação na área da inclusão?
9. Qual o maior desafio que a escola enfrenta para atender as crianças especiais?
10. Você assiste as aulas na sala de recurso?
11. Como se dá o processo de formação dos professores que atuam na sala de recurso?
12. Qual o objetivo do NAPI?
13. Como o NAPI contribui para o ensino aprendizagem do aluno especial?

ANEXOS

A- Atendimento Educacional Perspectiva Inclusiva



SOUZA, A. M. Módulo III: Educação inclusiva (Brasília 2007, p. 20)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
 Escolar

B-Termo de Consentimento Livre e Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.
 Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
 Escolar

D- Carta de Apresentação

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o (a): Ilmo. (a) Sr. (a). Diretor (a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar:
Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Instituto de Psicologia – Brasília -DF

ICC - SUL - Telefones: +55 (61) 3107-6911